



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 150/2026- COMPRASGOV N.º 90150/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0006.016592.00473/2025-77
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Administração - SEAD
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	11/05/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	28/04/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Carolyne Renata Maia de Santana
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 14.233 de 27 de Março de 2026.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo	

horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços visando a futura aquisição de equipamentos audiovisuais para estúdio de gravação de mídias para atender as necessidades do Departamento de Formação e Capacitação do Servidor – DECAP vinculado a Secretaria de Estado de Administração - SEAD.

1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantagem do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.6. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.7. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.7.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.7.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.7.6. **Para TODOS os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

4.7.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.8. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:**

4.8.8. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.8.9. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela relacionados;

4.8.10. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.8.11. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.8.12. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.8.13. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.8.14. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.8.15. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

- 4.8.15.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.8.16. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**
- 4.8.17. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.8.18. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.8.19. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.9. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.12. O disposto nos **itens 4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
- II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutable.

9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual nº. 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).

9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.3.1. Habilitação Jurídica

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Civil em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. Qualificação Técnica

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em **diligência**, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital - ITEM 16.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e

III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas esboçadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.

15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.

15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

17.1. Não se aplica.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

23. DO TERMO DE CONTRATO

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

24.1. Será conforme disposto no Anexo I e Anexo III deste Edital.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.

27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Isabella Maria Prado Nogueira
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLA MARIA PRADO NOGUEIRA, Assistente Administrativo**, em 27/04/2026, às 08:30, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020495023** e o código CRC **55C4B936**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 62/2026/SEAD - DITEC

Processo nº 0006.016592.00473/2025-77

1. OBJETO

1.1. Registro de preços visando a futura aquisição de equipamentos audiovisuais para estúdio de gravação de mídias para atender as necessidades do Departamento de Formação e Capacitação do Servidor – DECAP vinculado a Secretaria de Estado de Administração - SEAD.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

MATERIAL AUDIOVISUAL						
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	<p>Microfone de Lapela sem fio.Receptor portátil:Tipo de osciladorSintetizador PLL controlado por cristalTipo de recepçãoDiversidade de espaçoTipo de antenaFio de comprimento de onda de 1/4Frequências portadoras: Américas25 UC: 536,125 MHz a 607,875 MHz (canais de TV UHF 25 a 36) 42 LA: 638,125 MHz a 697,875 MHz (canais de TV UHF 42 a 51) Resposta de frequência23Hz a 18kHz (típico)Relação sinal/ruído96dB (desvio máximo, ponderado para A)Distorção (T.H.D)0,9% ou menos (entrada de -60dBV, 1kHz)Atraso de áudioAprox. 0,35 msSaída analógicaMiniplugue de 3 pólos, não balanceadoNível de saída analógica-60dBV (com desvio de ±5kHz)Intervalo de ajuste de saída analógica-12dB - +12dB (etapa de 3dB)Saída de fone de ouvidoφ3,5 mm (5/32 polegadas) mini-jack estéreoNível de saída dos fones de ouvidoMáx. 10mW (com carga de 16ohm)Sinal de tom piloto32 kHz/ 32,382 kHz/ 32,768 kHzVisualizaçãoLCDRequisitos de energiaCC de 3,0 V (com duas pilhas AA alcalinas (LR6)) DC 5,0V (via USB micro-B)Temperatura operacional0°C a 50°C 32°F a 122°FTemperatura de armazenamento/transporte- 20 °C a +55 °C - 4 °F a +131 °FDimensões63 x 82 x 23,8 mm (sem antenas) (L x A x P)MassaAprox. 176 g (com pilhas)</p> <p>Transmissor de cinto:Tipo de osciladorSintetizador PLL controlado por cristalTipo de antenaFio de comprimento de onda de 1/4Tipo de emissãoF3EFrequências portadoras: AméricasUC42: 638,125 MHz a 697,875 MHz (canais TV UHF 42 a 51)Energia de RF: Américas, Europa, Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Austrália, Malásia, Vietnã, Nova Zelândia, China30 mW / 5 mWTipo cápsulaCondensador de eletretoDiretividadeOmnidirecionalConector de entradaMiniplugue de bloqueio de 3 pólosNível de entrada de referênciaMIC: -60 dBV (no nível do atenuador de 0 dB) LINHA: +4 dBuFaixa de ajuste do atenuador de áudio0 dB a 21 dB (em etapas de 3 dB): Entrada de microfoneResposta de frequência: Américas, Europa, Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Austrália, Malásia, Vietnã, Nova ZelândiaTransmissão 23 Hz a 18 kHz (normais)Relação sinal/ruído96dB (desvio máximo, ponderado para A)Atraso de áudioAprox. 0,35 msSinal de tom piloto32 kHz/ 32,382 kHz/ 32,768 kHzVisualizaçãoLCDRequisitos de energiaCC de 3,0 V (com duas pilhas AA alcalinas) DC 5,0VGarantia mínima de 12 meses.</p>	UND	02	03		
2	<p>Câmera Filmadora RobóticaCâmera filmadora robóticaZoom ótico: 20X e encoder integradoSaídas SDI, HDMI, DVI-I e NDI HX (ethernet)Controle VISCA sobre IP ou NDI através da porta ethernet ou RS-485Sensor da imagem: 1/2.8" CMOS de alta</p>	UND	02	05		

MATERIAL AUDIOVISUAL						
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	<p>qualidade full HD. 2.07 megapixelFormatos de vídeo: 1080p60/50/30/25/59.94/29.97, 1080i60/50/59.94, 720p60/50/30/25/59.94/29.97Distância focal: F=4.3mm-129mmÂngulo de visão horizontal: 65,1°Sistemas de foco: Auto, Manual, PTZ trigger, One push triggerSensibilidade: 0.5 luxGanho: auto/manualWite balance: Auto / Manual / One Push / 3000K / 4000K /5000K / 6500KÂngulo de Pan: -170°~+170°Ângulo de Tilt: -30° ~ +90°Velocidade de Pan: 0.1° -100°/SVelocidade de Tilt: 0.1°-40°/SNúmero de presets: 255Image Flip: SimSaídas: DVI, HDMI, HD-SDI, IP, NDIInterface de controle: RS-232IN, RS-232OUT, RS-422, RS-485, RJ45Protocolo: VISCA / PELCO-P / PELCO-D / RTSP /RTMP / ONVIF / NDIGarantia mínima de 12 meses.</p>					
3	<p>Bolsa para equipamentos fotográficos:Capacidade para uma câmera DSLR profissional com uma lente objetiva f/2,8 de 300 mm montada, mais 4 a 6 lentes objetivas adicionais ou flash; 3 cartões de memória, baterias, cabos e acessóriosSuporte para tripé escondido, permite levar um tripé ou monopé compactoCompartimento separado para flash ou visualizador fotográfico</p> <p>Bolsa para cabos/acessórios removívelCompartimento para portar diversos itens pessoais como canetas, carteira, documentos, etc</p> <p>Material exterior durável em poliéster e nylon resistente à respingos d'água.Capa de chuva que envolve a mochila protegendo em caso de chuva, vento e poeiraAlças para transporte e fecho na cintura para um transporte seguroBolso lateral em rede para garrafa de água e peitoAlças de engate SlipLock.Modelos de referência (ou equivalentes técnicos): Lowepro ProTactic 450 AW II, Think Tank Photo StreetWalker HardDrive V2.0, Manfrotto Pro Light Reloader Switch-55</p> <p>A indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.Garantia mínima de 12 meses.</p>	UND	01	03		
4	<p>Mala para equipamentos de filmagem:Parte interna: nylon na parte externaParte externa: Espuma pack e EVA de 12mmAlça de mão e tiracoloDimensões externas: C 50cm x L 26cm x A 27cm</p> <p>Dimensões internas: 48x25cm</p>	UND	01	01		
5	<p>Mesa digitalizadora:- Tela slim de 15,6 polegadas antirreflexo, com 16,7 milhões de cores.- Resolução 3860 x 2160 pixels.- Display com 8.192 níveis de sensibilidade, baixa força de ativação e reconhecimento de até os traços mais leves e finos da caneta.- Conexão 3 em 1 para ligar o dispositivo em PC e outros eletrônicos.- 2 Canetas compatível.- Conexão HDML- 1 porta USB.- 1 suporte VESA ajustável.Modelos de Referência (ou Equivalentes Técnicos): XP-Pen Artist 15.6 Pro V2 Display, Huion Kamvas Pro 16 4K Display ou Xencelabs Pen Display 16 A indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.</p>	UND	01	01		
6	<p>Tripé para câmera filmadora:Altura mínima: 61cmAltura máxima: 1,40mAltura máxima</p>	UND	02	04		

MATERIAL AUDIOVISUAL						
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	com coluna elevada (total); 1,70 metrosPeso do tripé: 2,5kgPeso suportado: 9kgSeções das pernas 3Garantia mínima de 12 meses.					
7	Refletor LED para iluminação:Quantidade de LED: 600pcsTemperatura de cor padrão de 5500KPotência Luminosa (Lúmens): 4680LMÂngulo de luminância: 55°Vida útil média: 50.000 horasDistância de controle remoto: 8 metrosFonte de alimentação: duas baterias de lítio ou fonte de alimentaçãoFonte de alimentação: Corrente ContinuaRenderização de cor: 90%Modelos de Referência (ou Equivalentes Técnicos): Neewer 660 LED Video Light, Godox LEDP260C, Yongnuo YN600L IIA indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.	UND	02	04		
8	Mesa de corte/switcher de vídeo 8 canais:Conexões:Total de Entradas de Vídeo: 8Total de Saídas: 4Total de Saídas Auxiliares: 2Total de Entradas de Áudio: 2 x miniconectores estéreo tipo jack de 3,5 mm.Total de Saídas de Áudio: 1 x miniconector estéreo tipo jack de 3,5 mm.Entradas de Vídeo HDMI: 8 x HDMI tipo A, HD de 10 bits alternáveis. 2 canais de áudio embutido.Ressincronização das Entradas de Vídeo: em todas as 8 entradas HDMI.Conversores de Taxa de Quadro e Formato: Em todas as 8 entradas HDMI.Saídas de Programa HDMI: 2Ethernet:Ethernet suporta 10/100/1000 BaseT para streaming ao vivo, controle de software, atualizações de software e conexão do painel direta ou por rede.Interface do Computador: 2 x USB 3.1 Tipo C de primeira geração para gravação em drives externos, saída de webcam, controle de software, atualizações de software e conexão do painel.Padrões:Padrões de Entrada de Vídeo HD:720p50, 720p59.94, 720p60. 1080p23.98, 1080p24, 1080p25, 1080p29.97, 1080p30, 1080p50, 1080p59.94, 1080p60. 1080i50, 1080i59.94, 1080i60.Padrões de Saída de Vídeo HD:1080p23.98, 1080p24, 1080p25, 1080p29.97, 1080p30, 1080p50, 1080p59.94, 1080p60.Padrões de Streaming de Vídeo:1080p23.98, 1080p24, 1080p25, 1080p29.97, 1080p30, 1080p50, 1080p59.94, 1080p60.Amostragem de Vídeo: YUV 4:2:2.Precisão de Cor: 10 bits.Resoluções de Entrada HDMI para Computadores:1280 x 720p 50Hz, 59.94Hz e 60Hz 1920 x 1080p 23.98, 24, 25, 29.97, 30, 50, 59.94 e 60Hz 1920 x 1080i 50, 59.94Hz e 60HzÁudio:Mixer de Áudio: 11 entradas x 2 mixers de canais. Liga/Desliga/Audio-Follow-Video selecionáveis por canal, além de controle de ganho separado por canal. Medição de nível e pico. Inclui novas ferramentas de aprimoramento de áudio: Compressor, portão, limitador e equalizador paramétrico de seis bandas. Controle de ganho mestre.Entrada Analógica: Estéreo não balanceada.Atraso da Entrada Analógica: Até 8 quadros.Impedância da Entrada: 1,8 kNível de Entrada Máximo: +6 dBAlimentação do Microfone: Disponível em ambos miniconectores tipo jack de 3,5 mm.Gravação:Gravação Direta de Vídeo e ÁudioPorta de expansão USB-C 3.1 de primeira geração para gravação direta em mídias externas.Gravação de Vídeo:8 x entradas HDMI ISO para gravação de arquivos .mp4 H.264 em até 70 Mb/s de qualidade com áudio AAC no padrão de vídeo ATEM.1 x saída de programa para gravação de arquivo .mp4 H.264 na	UND	01	01		

MATERIAL AUDIOVISUAL						
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	configuração de qualidade Streaming com áudio AAC no padrão de vídeo ATEM.Gravação de Áudio:10 x entradas de áudio de dois canais gravadas como arquivos .wav de 24 bits a 48 KHz. 2 x entradas de áudio estéreo analógico e 8 x entradas HDMI para dois canais de áudio embutido.Formatos de Mídia:Suporte para mídias formatadas em sistemas de arquivo ExFAT (Windows/Mac) ou HFS+ (Mac).Monitoramento por multivisualização: Configurável para 16, 13, 10, 7 ou 4 visualizações, incluindo programa/pré-visualização, 8 entradas HDMI, SuperSource, alimentação limpa, leitor de mídia, status de streaming, status de gravação e medidores de áudio.Padrão de Vídeo da Multivisualização: HD.Modelos de Referência (ou Equivalentes Técnicos): ATEM Mini Extreme ISO, ATEM Television Studio HD8, Roland V-8HDA indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.					
9	Transmissor de dados bridge:Frequência: 5GHz Alcance estimado: Até 10Km Alimentação: Fonte PoE Gigabit 24V 0,5A Ganho: 13dBi Interfaces de Rede: 1 porta ethernet 10/100/1000Mbps Polarização: Dupla linear Consumo máximo: 8,5W Estrutura externa: Policarbonato resistente a UVModelos de Referência (ou Equivalentes Técnicos): Ubiquiti NanoBeam 5AC Gen2, Ubiquiti LiteBeam 5AC Gen2, MikroTik LHG 5 acA indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.	UND	01	01		
10	Placa Captura de Vídeo Externa Full Hd:Interface: USB 2.0 Alimentação: USB bus-power Entrada de vídeo: HDMI Entrada de áudio: HDMI, estéreo de 3,5mm Saída de vídeo: HDMI pass-through Saída de áudio: HDMI pass-through, estéreo de 3,5 mm pass-through Resoluções suportadas: 640 x 480 (60p), 720 x 480 (60p), 720 x 576 (50p), 800 x 600 (60p), 1024 x 768 (60p), 1280 x 720p (50p), 1280 x 720p (60p), 1280 x 768 (60p), 1280 x 800 (60p), 1280 x 1024 (60p), 1360 x 768 (60p), 1440 x 900 (60p), 1680 x 1050 (60p), 1920 x 1080 (50i), 1920 x 1080 (60i), 1920 x 1080 (24p), 1920 x 1080 (25p), 1920 x 1080 (30p), 1920 x 1080 (50p), 1920 x 1080 (60p) Resolução de captura: 640 x 480 (60p), 720 x 480 (60p), 720 x 576 (50p), 800 x 600 (60p), 1024 x 768 (60p), 1280 x 720p (50p), 1280 x 720p (60p), 1280 x 768 (60p), 1280 x 800 (60p), 1280 x 1024 (30p), 1360 x 768 (50p), 1440 x 900 (30p), 1680 x 1050 (30p), 1920 x 1080 (24p), 1920 x 1080 (25p), 1920 x 1080 (30p) Formato de codificação: MP4 (codec: hardware H.264 codificador e AAC)Garantia mínima de 12 meses.	UND	02	02		
11	Câmera fotográfica:Sistema de autofocus Dual Pixel CMOS AFSistema de Autofoco reticular de 61 pontosMulticontroladorGravação simultânea de RAW e JPEGDual Pixel RAWWi-Fi® e NFC IntegradosRedução de ruído em disparos múltiplosVídeo Time LapseMúltiplas ExposiçõesAjuste de	UND	01	03		

MATERIAL AUDIOVISUAL						
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	dioptriaPré-visualização da profundidade de campoBloqueio FEBloqueio de espelhoProcessamento de RAW na câmeraSensor de medição RGB+IR de 150.000 pixels para medir exposição de forma mais precisa, detectar luz intermitente e reconhecer cenas e rostosVisor Inteligente IIGarantia mínima de 12 meses.					
12	<p>Ponto Eletrônico - Retorno De Palco Sem Fio Fone In EarTipo de Sistema:Sistema de retorno de palco sem fio, com transmissão de áudio em tempo real, proporcionando comunicação clara e sem interferências durante performances e gravações ao vivo.Transmissão e Recepção:Transmissão sem fio com frequência de operação de 2.4 GHz ou outra faixa livre de interferências, conforme as regulamentações locais.Recepção de áudio de alta qualidade sem latência perceptível, com clareza nas frequências médias e altas, permitindo a escuta precisa das instruções recebidas pelo ponto eletrônico.Qualidade de Áudio:Resposta de frequência ampla, garantindo uma sonoridade clara e fiel, com redução de ruído de fundo.Cancelamento de ruído integrado para evitar interferências externas durante apresentações ao vivo.Volume ajustável para adaptação a diferentes ambientes e níveis de ruído.Design e Conforto:Fones de ouvido leves e confortáveis, com almofadas ou ponteiras que garantam conforto durante longos períodos de uso, sendo ajustáveis a diferentes tipos de cabeça.Microfone integrado de alta sensibilidade, com capacidade de captação de voz clara e sem distorções.Ergonomia ideal para uso contínuo no palco, com sistemas que garantam fácil uso e adaptação durante as apresentações.Bateria e Autonomia:Bateria recarregável com autonomia mínima de 8 horas, suficiente para uma apresentação ao vivo, com possibilidade de carga rápida.Indicador de nível de bateria visível para o usuário, com alertas sonoros ou luminosos quando a carga estiver baixa.Compatibilidade:Compatível com outros sistemas de áudio e equipamentos profissionais de palco, como microfones sem fio, mixers e dispositivos de controle de áudio.Conexões de entrada e saída compatíveis com os padrões de áudio utilizados em eventos de grande porte.Distância de Transmissão:Alcance mínimo de 30 metros sem perdas significativas de qualidade de áudio, adequado para a maioria das produções em palcos de tamanho médio e grande.Durabilidade e Resistência:Equipamento robusto, projetado para suportar o uso intensivo em ambientes de palco, com construção resistente a impactos e a condições adversas de uso em eventos ao vivo.Certificação de resistência à umidade e poeira, atendendo aos requisitos de durabilidade em ambientes de trabalho desafiadores.Facilidade de Uso:Sistema de fácil configuração, com emparelhamento rápido e sem complicações, para reduzir o tempo de preparação antes de cada evento.Controle de volume e comunicação intuitivo para os artistas, técnicos e demais membros da equipe.Acessórios:Incluir carregador de baterias com adaptador bivolt.Estojo ou mala de transporte para armazenagem segura dos fones, microfones e acessórios, garantindo fácil transporte e armazenamento.Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com suporte técnico e reposição de peças conforme necessário.</p> <p>Modelos de referência (ou equivalentes técnicos): Shure PSM 300, Sennheiser XSW</p>	UND	05	05		

MATERIAL AUDIOVISUAL						
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	IEM, LD Systems MEI 1000 G2, AKG IVM 4500, Mipro MI-58 A indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.					
13	Microfone para estúdio de rádio:Microfone: CondensadorPadrão Polar: CardioideTamanho do Diafragma: 1”(25,4mm)Resposta de Frequência: 20Hz – 20kHzMáximo SLP: 138dB SLPImpedância de saída: 50 ohmsFiltro Low Cut: 6dB / 75Hz OitavaPad: -10dBConector: XRLGarantia mínima de 12 meses.	UND	04	05		
14	Kit Fundo Infinito com Stand de Suporte para Estúdio (3m x 6m). Kit Fundo Infinito com Stand de Suporte para Estúdio (3m x 6m). Acompanhado de Tripé Stand de Suporte, composto por dois Tripés de estrutura sólida com 4 seções e quatro barras transversais para maior alcance; 3 (três) grampos de fixação para prender os tecidos ao suporte e uma bolsa de transporte. O produto deve ser acompanhado de três tipos de tecido para Chroma Key nas dimensões 3m x 6m nas cores verde, preto e branco. Tripés com travas rápidas, resistentes e ajustáveis até 2.6m. Barras transversais extensíveis até 3m (Referência Kit Fundo Infinito WV-TZ042 com Stand de Suporte para Estúdio (3m x 6m)).	UND	01	02		
15	Pedestal de mesa para microfone:Compatível com diversos modelos de microfone;Com ajuste de ângulo e altura;Base redonda com peso para segurar o microfone;Material: ABS e MetalAltura Mínima: 25 CmAltura Máxima: 35 CmLargura da Base: 11,7 Cm	UND	02	02		
16	Smartphone profissional para produção multimídia, com as seguintes características mínimas:Processador com CPU de no mínimo 6 núcleos e GPU integrada;Armazenamento interno mínimo de 1 TB;Sistema de câmeras múltiplas, com no mínimo três lentes (principal, teleobjetiva e ultra-angular), com estabilização óptica de imagem;Equipamento com capacidade de ampliação equivalente a 5x ou superior em imagem capturada, obtida por meio de sistema óptico ou por combinação de hardware e processamento computacional, e zoom digital de até 25x ou superior, com qualidade de imagem adequada para produção profissional, conforme especificações do fabricante.Gravação de vídeo em resoluções 4K, 1080p e 720p, com suporte a HDR e formatos profissionais de vídeo;Captação de áudio estéreo e tecnologia de redução de ruídos;Conectividade: 5G, LTE, Wi-Fi 7 (ou superior), Bluetooth 5.3 (ou superior) e NFC;Conector físico padrão USB-C e suporte a carregamento sem fio compatível com padrões abertos;Bateria interna recarregável com suporte a recarga rápida;Suporte a dual SIM (nano SIM + eSIM ou tecnologia equivalente);Controles físicos dedicados para câmera e funções programáveis;Display compatível com tecnologias modernas de imagem. Modelos de referência (ou equivalentes técnicos): Iphone 17 Pro, Galaxy S25 Ultra.A indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.Garantia mínima de 12 meses.	UND	01	02		

MATERIAL AUDIOVISUAL						
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$			

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação mostra-se necessária para assegurar o adequado suporte às atividades pedagógicas desenvolvidas pelo Departamento de Formação e Capacitação do Servidor – DECAP, especialmente na execução dos cursos e ações formativas dirigidos aos servidores públicos estaduais, com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH. Destaca-se que, no procedimento licitatório anteriormente realizado, diversos itens restaram fracassados, enquanto outros tiveram seus quantitativos revisados e redimensionados a partir da reavaliação das necessidades do DECAP. Assim, a nova contratação é imprescindível para garantir a continuidade e a eficiência das atividades formativas planejadas.

3.2. O DECAP, órgão integrante da Secretaria de Estado de Administração – SEAD, possui missão institucional voltada à formação, capacitação e desenvolvimento contínuo dos servidores e colaboradores da Administração Pública Estadual. Sua atuação está fundamentada nos princípios da eficiência, eficácia e efetividade, conforme preconizado na legislação vigente e nas diretrizes estratégicas do Governo do Estado.

3.3. A implantação do Estúdio de Gravação de Mídias encontra respaldo no Plano Plurianual 2024–2027 e representa ação estruturante para ampliação e modernização da política de formação continuada dos servidores. A iniciativa visa, especialmente, garantir acessibilidade e equidade no acesso aos cursos ofertados, ampliando o alcance da modalidade de Ensino a Distância (EaD) às regionais mais distantes, abrangendo Alto Acre, Juruá, Purus, Tarauacá-Envira e Baixo Acre.

3.4. A aquisição de equipamentos e tecnologias voltadas ao estúdio proporcionará significativa inovação nos métodos de ensino utilizados pela SEAD, permitindo maior agilidade, abrangência e qualidade na produção e disseminação de conteúdos. O espaço viabilizará a gravação do Podcap, videoaulas, a realização de videoconferências, cursos on-line, treinamentos, workshops, reuniões técnicas, palestras e demais atividades educacionais em ambiente virtual, de maneira padronizada e profissional.

3.5. O Estúdio de Gravação de Mídias constituir-se-á como ambiente estratégico de aprendizagem virtual, ampliando as capacidades institucionais do DECAP e contribuindo diretamente para o fortalecimento da Gestão Pública Estadual. A iniciativa representa uma ferramenta essencial para diversificar formatos pedagógicos, reduzir limitações geográficas e assegurar maior capilaridade às políticas de capacitação.

3.6. A qualificação permanente dos servidores públicos é medida indispensável para assegurar a eficiência administrativa, a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade e o alinhamento do corpo técnico às normas e diretrizes que regem a Administração Pública. A formação continuada confere ao servidor condições de atuar como agente de transformação, comprometido com a ética, os princípios constitucionais e a boa governança.

3.7. As ações de aperfeiçoamento previstas no PPA 2024–2027 demonstram a priorização governamental pelo desenvolvimento profissional, pela valorização do quadro de pessoal e pela promoção de oportunidades de crescimento, fatores que impactam positivamente na produtividade, motivação e engajamento dos servidores no exercício de suas funções.

3.8. A SEAD, observando sua política de transparência, responsabilidade e racionalidade no uso dos recursos públicos, reforça que a implantação do Estúdio de Gravação e a contratação ora proposta estão diretamente alinhadas ao objetivo institucional de elevar a qualidade dos serviços prestados à população. O investimento na capacitação contínua dos servidores configura ação estratégica que promove eficiência, reduz custos operacionais e fortalece a capacidade estatal de entregar resultados à sociedade.

4. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços a serem prestados possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

5.1. A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão nos itens 3.1 e 3.7 do Plano de Contratações Anual de 2025 (0018554237), estando alinhada ao Planejamento da Administração. Registra-se, ainda, que a demanda será devidamente adequada e incorporada na oportunidade de revisão do Plano de Contratações Anual de 2026, considerando que o processo foi devidamente instruído no exercício corrente de 2025.

6. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DO OBJETO

6.1. Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos da Súmula/TCU 247.

Súmula nº 247 TCU: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

6.2. A contratação por itens distintos visa ampliar a competitividade entre os fornecedores, possibilitando a participação de empresas especializadas em tipos específicos de materiais ou serviços, mesmo que não detenham capacidade operacional para atender à totalidade do objeto. Tal medida está em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e isonomia, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6.3. Adicionalmente, os materiais e serviços envolvidos são funcionalmente independentes, podendo ser adquiridos e utilizados separadamente, sem comprometer a execução do objeto como um todo. A adoção do fornecimento sob demanda reforça esse cenário, pois permite atender às necessidades administrativas de forma gradual, conforme a real demanda, evitando aquisições desnecessárias e otimizando a gestão de estoques.

6.4. Portanto, o parcelamento por item não apenas se revela viável, mas também recomendável, por proporcionar maior eficiência nas contratações, melhor adequação às necessidades da Administração e plena conformidade com a legislação vigente. A possibilidade de aquisições parceladas contribui ainda para a redução de custos com armazenamento e desperdícios, promovendo uma execução orçamentária mais racional e estratégica.

7. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

7.1. Não se aplica, pois não será vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com a SEAD, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

7.2. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

7.3. Acerca das Cooperativas, por sua vez, atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

8. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Em cumprimento a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações nº 139/2011, nº147/2014 e 155/2016, poderá participar para todos os itens deste Pregão Eletrônico, pessoa Jurídica, sendo destinada a participação Exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte.

8.2. Deverá haver a participação, no mínimo de 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com apresentação de proposta. O não atendimento à condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no Art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006, tornando o objeto deste Termo de Referência de ampla disputa.

8.3. O MEI-Microempreendedor Individual enquadrados nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/2006 às ME/EPP/MEI e a alterações, desde que cumpra as exigências do certame.

9. PRAZO DO CONTRATO

9.1. DO CONTRATO

9.1.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e a SEAD poderão celebrar o Termo de Contrato.

9.1.2. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela Secretaria de Administração - SEAD.

9.2. DA VIGÊNCIA

9.2.1. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

9.2.2. O Contrato, quando formalizado terá vigência com início na data de assinatura e término no exercício financeiro.

9.2.3. No exercício seguinte, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser firmado novos contratos para contratação do saldo existente na ata, cuja duração ficará adstrita a vigência do crédito orçamentário.

9.2.4. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

9.3. DA EFICÁCIA

9.3.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

9.3.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

9.3.3. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

9.3.4. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

9.4. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.4.1. Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na ata de registro de preços, conforme o art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

9.5. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DOS CONTRATOS

9.5.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

9.5.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

10. LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO:

10.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

10.2. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do Consumidor.

10.3. Decreto Estadual nº 11.363 de 22 de novembro de 2023 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Estado do Acre.

11. DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

11.1. A empresa vencedora deverá entregar os materiais na sede da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, no Palácio das Secretarias - bairro Centro - Rio Branco/Acre, no horário de expediente da Contratante.

11.2. PRAZO PARA ENTREGA:

11.2.1. Entregar os produtos (itens), a contar da notificação da emissão da ordem de entrega/fornecimento, no prazo de 30 (trinta) dias.

11.3. CONDIÇÕES PARA ENTREGA:

11.3.1. A empresa contratada deverá entregar os equipamentos em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

11.3.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

11.3.3. No caso de empresa contratada prever atraso na entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo), prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

11.3.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

11.4. RECEBIMENTO:

11.4.1. Os itens deverão ser recebidos por servidor designado para tanto, na seguinte forma:

11.4.2. **Provisoriamente:** no ato da entrega, para posterior verificação de conformidade dos produtos com as especificações do presente Termo de Referência;

11.4.3. **Definitivamente:** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório e após a verificação de qualidade, quantidade e aceitação, mediante devido atesto na Nota Fiscal;

11.4.4. O recebimento dos itens devidamente atestados em Nota Fiscal não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade dos produtos fornecidos, por vícios de qualidade do mesmo ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

11.4.5. Qualquer atraso no cumprimento das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na Secretaria de Estado de Administração - SEAD, no prazo mínimo de 1 (um) dia útil anterior a data prevista para entrega dos itens;

11.4.6. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega, tampouco servirá de justificativa para qualquer atraso.

11.4.7. No ato da entrega, o setor responsável irá fazer a conferência e recebimento do objeto contratado;

11.4.8. Os produtos deverão ser embalados adequadamente, para que não sofram danos durante o transporte ou armazenamento;

11.4.9. Não serão aceitos equipamentos e materiais fora de suas embalagens originais ou com qualquer defeito causado por terceiros;

11.4.10. Adotar os critérios de sustentabilidade ambiental, em atendimento à Instrução Normativa 01/2010 – SLTI/MP;

11.4.11. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentares pertinentes;

11.4.12. Todos os elementos e componentes necessários à execução do objeto devem ter seus valores inseridos nos preços unitários. A SEAD/AC não se responsabilizará por custos adicionais de transporte, tributos e/ou demais custos surgidos da entrega, na montagem e na execução do objeto.

12. DA GARANTIA DO OBJETO

12.1. O prazo de garantia do objeto, quando aplicável, deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A contratada deverá assegurar o mesmo prazo estipulado pelo fabricante, caso este seja superior ao prazo mínimo retrocitado.

12.2. A garantia poderá implicar a realização de manutenção, substituição temporária ou troca definitiva, com vistas a manter a disponibilidade do objeto para uso, em perfeito estado de funcionamento.

12.3. Os serviços de assistência técnica decorrentes da garantia compreendem a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, dentre outros procedimentos, de modo a manter o objeto em perfeita condição de uso durante a sua vigência;

12.4. O serviço de manutenção do objeto realizado durante o período de garantia é de responsabilidade do fornecedor, que deverá disponibilizar assistência técnica autorizada para realização das intervenções necessárias;

12.5. Tanto na substituição temporária quanto na troca definitiva, o equipamento substituído deverá possuir características técnicas e desempenho igual ou superior ao equipamento original, além de estarem em perfeito estado de funcionamento;

12.6. Os prazos máximos para substituição temporária e troca definitiva serão definidos conforme abaixo, sendo aplicados caso ao término destes prazos o objeto original não esteja disponível para a CONTRATANTE.

12.6.1. Substituição Temporária - 2 dias úteis;

12.6.2. Troca Definitiva - 10 dias úteis.

13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o fornecimento do objeto pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

13.2. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.2.1. Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

13.3. DA AMOSTRA

13.3.1. A critério da autoridade competente, não será exigida a apresentação de amostras.

13.4. VISTORIA

13.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

14.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência autorizada;

14.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

14.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

14.9. A contratada se responsabilizará por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributo, indenizações, vale transporte, vale refeição e outros benefícios exigidos.

14.10. A inadimplência da contratada para com estes encargos, não transfere a contratante à responsabilidade por seu pagamento, nem por onerar o objeto do contrato;

14.11. A contratada será a única responsável por danos e prejuízos de qualquer natureza, causada à contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência;

14.12. A contratada será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Termo de Referência;

14.13. Acatar todas as orientações da contratante, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

14.14. Manter durante o fornecimento do objeto deste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.15. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do contratante; e

14.16. Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

15.6. Atestar as notas fiscais correspondentes, por intermédio do representante designado para esse fim;

15.7. Permitir acesso aos funcionários da contratada, desde que devidamente identificados, aos locais onde será executada a entrega do objeto deste Termo de Referência, nos horários de expediente normal ou em outros horários constantes em acordos firmados entre as partes;

15.8. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela contratada quando necessários ao fornecimento do objeto;

15.9. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste Termo de Referência;

15.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

17.1. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

18. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

18.3. À Contratante caberá realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

18.4. Enquanto eventuais solicitações de revisão/ajuste de preços estiverem sendo analisadas, a **Contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.**

18.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

18.6. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

18.7. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

19. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

19.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

19.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

19.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

19.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

19.6. **PREPOSTO**

19.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

19.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

19.7. **FISCAL DO CONTRATO**

19.7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

19.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

19.7.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

19.7.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

19.7.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

19.7.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

19.7.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

19.7.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

19.7.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

19.7.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

19.7.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

19.7.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

19.7.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

19.7.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

19.7.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

19.7.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

19.7.17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

19.7.18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

19.7.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

19.7.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;

19.7.21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;

19.7.22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;

19.7.23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;

19.7.24. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e

19.7.25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

19.8. **GESTOR DO CONTRATO**

19.8.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

19.8.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;

19.8.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;

19.8.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

19.8.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;

19.8.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;

- 19.8.7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 19.8.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 19.8.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 19.8.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 19.8.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 19.8.12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 19.8.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 19.8.14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 19.8.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 19.8.16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 19.8.17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 19.8.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 19.8.19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 19.8.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 19.8.21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 19.8.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas;
- 19.8.23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

20. DO PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.
- 20.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.
- 20.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
CNPJ 04.034.468/0001-58
- 20.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
- 20.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passaram entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 20.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

- 20.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Av. Getúlio Vargas, nº. 232 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-150, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.
- 20.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
- 20.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.
- 20.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.
- 20.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
21. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 21.1. **DA MODALIDADE**
- 21.1.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços
- 21.2. **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**
- 21.2.1. Menor preço **por ITEM**.
- 21.2.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes, solicitadas de acordo com as demandas da SEAD.
- 21.2.3. Poderá participar deste Pregão Eletrônico, qualquer Pessoa Jurídica, regularmente habilitada, desde que cumpra todas as exigências constantes do edital e seus anexos, no ato de abertura da sessão;
- 21.3. **PROPOSTA**
- 21.3.1. A apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições do edital;

21.3.2. Na proposta de preços deverá constar a discriminação detalhada do material, marca (se houver), tipo, a quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já considerando todas as despesas, tributos, fretes, transportes e quaisquer outros custos que incidam, direta ou indiretamente, sobre os materiais, ainda que não estejam registrados nestes documentos;

21.3.3. Ao formular a proposta de preços, os licitantes deverão atentar-se para que o valor unitário do item ofertado, seja um número de até duas casas decimais, evitando assim, a ocorrência de preços unitários inexatos ou com mais de duas decimais e possíveis problemas quanto à emissão da nota de empenho e dos documentos fiscais.

21.4. **Julgamento e Aceitação:**

21.4.1. Será considerada vencedora, a empresa, cuja proposta contenha o menor valor por item e, desde que, atenda todas as exigências contidas neste Termo, bem como, no Edital do Pregão;

21.4.2. O prazo mínimo de validade das propostas de preços **será de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

22. **DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

22.1. **DA JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO SRP**

22.1.1. A escolha do SRP se justifica pela necessidade de flexibilidade na aquisição, permitindo a aquisição dos materiais de imediato e registrar preços para uma compra futura, conforme demanda da SEAD e demais órgão do poder executivo. Isso garante a manutenção de condições vantajosas, otimizando a gestão dos recursos financeiros e evitando a realização de novos processos licitatórios, garantindo que, quando houver necessidade, a compra seja feita com base nos mesmos preços e condições acordadas no momento da licitação.

22.2. **INDICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA DO SRP**

22.2.1. A SEAD é o órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

22.3. **DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES**

22.3.1. A participação de órgãos ou entidades serão definidas conforme manifestação de interesse, após a publicação da Intenção de Registro de Preços - IRP, quando couber.

22.4. **PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE SRP**

22.4.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e a Secretaria de Estado de Administração, poderão formalizar a Ata de Sistema de Registro de Preços.

22.4.2. O prazo de convocação, para assinatura da ata de SRP, poderá ser prorrogado uma vez por igual período, conforme condições indicadas no § 1º do art 322 do Decreto Estadual nº 11.363 de 22/11/2023.

22.5. **PRAZO PARA VIGÊNCIA DA ATA DE SRP**

22.5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

22.5.2. Fica facultada a renovação do quantitativo inicialmente registrado, em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, desde que cumulativamente atendidos os seguintes requisitos:

- a) seja comprovada a vantajosidade dos preços praticados, mediante análise prévia e motivada pela Administração; e
- b) haja previsão expressa no edital e na própria Ata de Registro de Preços sobre a possibilidade de renovação do quantitativo registrado.

22.6. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

22.7. **PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

22.7.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

22.8. **DA FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

22.8.1. Serão registrados os preços na forma estabelecida no Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de dezembro de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 82 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme minuta da Ata de Registro, não obrigando a SEAD a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para o fornecimento de bens, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

22.8.2. A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

22.8.3. As demais disposições que regulam o uso da Ata de Registro de Preços estão definidas na minuta da Ata de Registro de Preços, anexo do TR.

22.9. **OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA (art. 307 do decreto estadual nº. 11.363 de 22/11/2023)**

22.9.1. Instaurar e realizar procedimento público de IRP, ou justificar sua não abertura;

22.9.2. Dar publicidade aos demais órgãos e entidades para que manifestem seu interesse na aquisição de bens, contratação de obras ou serviços objeto de licitação para registro de preços, estabelecendo, quando for o caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

22.9.3. Informar a descrição do objeto, disponibilizando o ETP, TR, projeto básico ou documento que contenha as especificações mínimas orientadoras da contratação, quando houver;

22.9.4. Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP;

22.9.5. Os quantitativos considerados ínfimos;

22.9.6. A inclusão de novos itens; e

22.9.7. Os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.

22.9.8. Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos TRs ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

22.9.9. Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

22.9.10. Confirmar, junto aos órgãos ou entidades participantes, sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao TR ou projeto básico, caso o órgão ou entidade gerenciadora entenda pertinente;

22.9.11. Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do processo licitatório ou contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata de registro de preços e sua disponibilização aos órgãos ou entidades participantes;

22.9.12. Definir o direito de preferência para as contratações decorrentes da ata de registro de preços;

22.9.13. Remanejar os quantitativos da ata de registro de preços;

22.9.14. Assinar, gerenciar e fiscalizar o cumprimento da ata de registro de preços;

22.9.15. Publicar a ata de registro de preços e eventuais alterações no PNCP;

22.9.16. Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

22.9.17. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso IV;

22.9.18. Verificar se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 303 e indeferir os pedidos que não o atendam;

- 22.9.19. Vedar a participação de órgão ou entidade que já figure como participante de ata de registro de preços vigente, formalizada com o mesmo objeto, salvo se o quantitativo registrado for inferior ao demandado ou se a intenção de participação se referir a demanda para substituição de ata de registro de preços;
- 22.9.20. Dar conhecimento aos participantes sobre eventuais alterações na ata de registro de preços;
- 22.9.21. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, quando cabível;
- 22.9.22. Convocar os integrantes do cadastro de reserva, quando for o caso;
- 22.9.23. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no processo licitatório ou na contratação direta e registrá-las nos sistemas pertinentes;
- 22.9.24. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las nos sistemas pertinentes; e
- 22.9.25. Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 3º do art. 334.
- 22.10. **OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE SRP**
- 22.10.1. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.
- 22.11. **DOS QUANTITATIVOS**
- 22.11.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 22.11.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 22.11.3. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no edital, sob pena de decair do direito à contratação.
23. **DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**
- 23.1. O contrato poderá ser extinto, nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021, a qual deverá ser formalmente motivada, assegurados o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
 - VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
 - VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
 - IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 23.2. Deverá a CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de regularidade fiscal exigidas neste Termo de Referência, prevendo, como sanções para o inadimplemento a essa cláusula, a extinção do contrato e o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei.
24. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 24.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:
- 24.2. **Programa de Trabalho:** 2276.0000 e 2233.0000
- 24.3. **Natureza da Despesa:** 33.90.39.0000
- 24.4. **Fontes:** 15010700
25. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 25.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Guilherme Schirmer Duarte

Secretário Adjunto de Pessoal

Dec. nº 21-P/2023

(documento assinado eletronicamente)

Fábio da Silva Lima

Diretor de Gestão de Pessoas

Dec. nº 113-P/2023

(documento assinado eletronicamente)

Priscila Borges de Melo

Chefe do Departamento de Formação e Capacitação do servidor

Portaria nº 274/2024 - SEAD/GABIN

(documento assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA BORGES DE MELO, Chefe de Departamento**, em 22/04/2026, às 08:49, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME SCHIRMER DUARTE, Secretário(a) Adjunto(a) de Pessoal**, em 22/04/2026, às 09:06, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020429782** e o código CRC **5BEB0A4B**.

Referência: Processo nº 0006.016592.00473/2025-77

SEI nº 0020429782

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

Processo SEI Nº 0006.016592.00473/2025-77

O ESTADO DO ACRE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 04.034.443/0001-54, através da **SECRETARIA DE ESTADO ADMINISTRAÇÃO - SEAD**, CNPJ nº 04.034.468/0001-58, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 232, Bairro Centro, “Palácio das Secretarias”, CEP 69.900-660, na cidade de Rio Branco - AC, representada pelo Secretário de Estado de Administração, **PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA**, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 08-p, de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.460, de 25 de Janeiro de 2023, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Aquisição de equipamentos audiovisuais para estúdio de gravação de mídias que será instalado em prédio anexo a Secretaria de Estado de Administração - SEAD.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: CNPJ nº: Endereço: Contato: E-mail:					
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	<p>Microfone de Lapela sem fio. Receptor portátil: Tipo de oscilador Sintetizador PLL controlado por cristal Tipo de recepção Diversidade de espaço Tipo de antena Fio de comprimento de onda de 1/4 Frequências portadoras: Américas UC: 536,125 MHz a 607,875 MHz (canais de TV UHF 25 a 36) 42 LA: 638,125 MHz a 697,875 MHz (canais de TV UHF 42 a 51) Resposta de frequência 23Hz a 18kHz (típico) Relação sinal/ruído 96dB (desvio máximo, ponderado para A) Distorção (T.H.D) 0,9% ou menos (entrada de -60dBV, 1kHz) Atraso de áudio Aprox. 0,35 ms Saída analógica Miniplugue de 3 pólos, não balanceado Nível de saída analógica -60dBV (com desvio de ±5kHz) Intervalo de ajuste de saída analógica -12dB - +12dB (etapa de 3dB) Saída de fone de ouvido Ø3,5 mm (5/32 polegadas) mini-jack estéreo Nível de saída dos fones de ouvido Máx. 10mW (com carga de 16ohm) Sinal de tom piloto 32 kHz/ 32,382 kHz/ 32,768 kHz Visualização LCD Requisitos de energia CC de 3,0 V (com duas pilhas AA alcalinas (LR6)) DC 5,0V (via USB micro-B) Temperatura operacional 0°C a 50°C 32°F a 122°F Temperatura de armazenamento/transporte - 20 °C a +55 °C - 4 °F a +131 °F Dimensões 63 x 82 x 23,8 mm (sem antenas) (L x A x P) Massa Aprox. 176 g (com pilhas) Transmissor de cinto: Tipo de oscilador Sintetizador PLL controlado por cristal Tipo de antena fio de comprimento de onda de 1/4 Tipo de emissão F3E Frequências portadoras: Américas UC42: 638,125 MHz a 697,875 MHz (canais TV UHF 42 a 51) Energia de RF: Américas, Europa, Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Austrália, Malásia, Vietnã, Nova Zelândia, China 30 mW / 5 mW Tipo cápsula Condensador de eletreto Diretividade Omnidirecional Conector de entrada Miniplugue de bloqueio de 3 pólos Nível de entrada de referência MIC: -60 dBV (no nível do atenuador de 0 dB) LINHA: +4 dBu Faixa de ajuste do atenuador de áudio 0 dB a 21 dB (em etapas de 3 dB): Entrada de microfone Resposta de frequência: Américas, Europa, Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Austrália, Malásia, Vietnã, Nova Zelândia Transmissão 23 Hz a 18 kHz (normais) Relação sinal/ruído 96dB (desvio máximo, ponderado para A) Atraso de áudio Aprox. 0,35 ms Sinal de tom piloto 32 kHz/ 32,382 kHz/ 32,768 kHz Visualização LCD Requisitos de energia CC de 3,0 V (com duas pilhas AA alcalinas) DC 5,0V Garantia mínima de 12 meses.</p>	UND	03		
2	<p>Câmera Filmadora Robótica Câmera filmadora robótica Zoom ótico: 20X e encoder integrado Saídas SDI, HDMI, DVI-I e NDI HX (ethernet) Controle VISCA sobre IP ou NDI através da porta ethernet ou RS-485 Sensor da imagem: 1/2.8” CMOS de alta</p>	UND	05		

Fornecedor: CNPJ nº: Endereço:Contato: E-mail:					
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	qualidade full HD. 2.07 megapixelFormatos de vídeo: 1080p60/50/30/25/59.94/29.97, 1080i60/50/59.94, 720p60/50/30/25/59.94/29.97Distância focal: F=4.3mm-129mmÂngulo de visão horizontal: 65,1°Sistemas de foco: Auto, Manual, PTZ trigger, One push triggerSensibilidade: 0.5 luxGanho: auto/manualWite balance: Auto / Manual / One Push / 3000K / 4000K /5000K / 6500KÂngulo de Pan: -170°~+170°Ângulo de Tilt: -30° ~ +90°Velocidade de Pan: 0.1° -100°/SVelocidade de Tilt: 0.1°-40°/SNúmero de presets: 255Image Flip: SimSaídas: DVI, HDMI, HD-SDI, IP, NDIInterface de controle: RS-232IN, RS-232OUT, RS-422, RS-485, RJ45Protocolo: VISCA / PELCO-P / PELCO-D / RTSP/RTMP / ONVIF / NDIGarantia mínima de 12 meses.				
3	Bolsa para equipamentos fotográficos:Capacidade para uma câmera DSLR profissional com uma lente objetiva f/2,8 de 300 mm montada, mais 4 a 6 lentes objetivas adicionais ou flash; 3 cartões de memória, baterias, cabos e acessóriosSuporte para tripé escondido, permite levar um tripé ou monopé compactoCompartimento separado para flash ou visualizador fotográfico Bolsa para cabos/acessórios removívelCompartimento para portar diversos itens pessoais como canetas, carteira, documentos, etc Material exterior durável em poliéster e nylon resistente à respingos d'água.Capa de chuva que envolve a mochila protegendo em caso de chuva, vento e poeiraAlças para transporte e fecho na cintura para um transporte seguroBolso lateral em rede para garrafa de água e peitoAlças de engate SlipLock.Modelos de referência (ou equivalentes técnicos): Lowepro ProTactic 450 AW II, Think Tank Photo StreetWalker HardDrive V2.0, Manfrotto Pro Light Reloader Switch-55 A indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.Garantia mínima de 12 meses.	UND	03		
4	Mala para equipamentos de filmagem:Parte interna: nylon na parte externaParte externa: Espuma pack e EVA de 12mmAlça de mão e tiracoloDimensões externas: C 50cm x L 26cm x A 27cm Dimensões internas: 48x25cm	UND	01		
5	Mesa digitalizadora:- Tela slim de 15,6 polegadas antirreflexo, com 16,7 milhões de cores.- Resolução 3860 x 2160 pixels.- Display com 8.192 níveis de sensibilidade, baixa força de ativação e reconhecimento de até os traços mais leves e finos da caneta.- Conexão 3 em 1 para ligar o dispositivo em PC e outros eletrônicos.- 2 Canetas compatível.- Conexão HDMI.- 1 porta USB.- 1 suporte VESA ajustável.Modelos de Referência (ou Equivalentes Técnicos): XP-Pen Artist 15.6 Pro V2 Display, Huion Kamvas Pro 16 4K Display ou Xencelabs Pen Display 16A indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.	UND	01		
6	Tripé para câmera filmadora:Altura mínima: 61cmAltura máxima: 1,40mAltura máxima com coluna elevada (total): 1,70 metrosPeso do tripé: 2,5kgPeso suportado: 9kgSeções das pernas 3Garantia mínima de 12 meses.	UND	04		
7	Refletor LED para iluminação:Quantidade de LED: 600pcsTemperatura de cor padrão de 5500KPotência Luminosa (Lúmens): 4680LMÂngulo de luminância: 55°Vida útil média: 50.000 horasDistância de controle remoto: 8 metrosFonte de alimentação: duas baterias de lítio ou fonte de alimentaçãoFonte de alimentação: Corrente ContínuaRenderização de cor: 90%Modelos de Referência (ou Equivalentes	UND	04		

Fornecedor: CNPJ nº: Endereço: Contato: E-mail:					
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	Técnicos): Neewer 660 LED Video Light, Godox LEDP260C, Yongnuo YN600L IIA indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.				
8	<p>Mesa de corte/switcher de vídeo 8 canais: Conexões: Total de Entradas de Vídeo: 8 Total de Saídas: 4 Total de Saídas Auxiliares: 2 Total de Entradas de Áudio: 2 x miniconectores estéreo tipo jack de 3,5 mm. Total de Saídas de Áudio: 1 x miniconector estéreo tipo jack de 3,5 mm. Entradas de Vídeo HDMI: 8 x HDMI tipo A, HD de 10 bits alternáveis. 2 canais de áudio embutido. Ressincronização das Entradas de Vídeo: em todas as 8 entradas HDMI. Conversores de Taxa de Quadro e Formato: Em todas as 8 entradas HDMI. Saídas de Programa HDMI: 2 Ethernet: Ethernet suporta 10/100/1000 BaseT para streaming ao vivo, controle de software, atualizações de software e conexão do painel direta ou por rede. Interface do Computador: 2 x USB 3.1 Tipo C de primeira geração para gravação em drives externos, saída de webcam, controle de software, atualizações de software e conexão do painel. Padrões: Padrões de Entrada de Vídeo HD: 720p50, 720p59.94, 720p60. 1080p23.98, 1080p24, 1080p25, 1080p29.97, 1080p30, 1080p50, 1080p59.94, 1080p60. 1080i50, 1080i59.94, 1080i60. Padrões de Saída de Vídeo HD: 1080p23.98, 1080p24, 1080p25, 1080p29.97, 1080p30, 1080p50, 1080p59.94, 1080p60. Padrões de Streaming de Vídeo: 1080p23.98, 1080p24, 1080p25, 1080p29.97, 1080p30, 1080p50, 1080p59.94, 1080p60. Amostragem de Vídeo: YUV 4:2:2. Precisão de Cor: 10 bits. Resoluções de Entrada HDMI para Computadores: 1280 x 720p 50Hz, 59.94Hz e 60Hz 1920 x 1080p 23.98, 24, 25, 29.97, 30, 50, 59.94 e 60Hz 1920 x 1080i 50, 59.94Hz e 60Hz Áudio: Mixer de Audio: 11 entradas x 2 mixers de canais. Liga/Desliga/Audio-Follow-Video selecionáveis por canal, além de controle de ganho separado por canal. Medição de nível e pico. Inclui novas ferramentas de aprimoramento de áudio: Compressor, portão, limitador e equalizador paramétrico de seis bandas. Controle de ganho mestre. Entrada Analógica: Estéreo não balanceada. Atraso da Entrada Analógica: Até 8 quadros. Impedância da Entrada: 1,8 kΩ Nível de Entrada Máximo: +6 dBV Alimentação do Microfone: Disponível em ambos miniconectores tipo jack de 3,5 mm. Gravação: Gravação Direta de Vídeo e Audio Porta de expansão USB-C 3.1 de primeira geração para gravação direta em mídias externas. Gravação de Vídeo: 8 x entradas HDMI ISO para gravação de arquivos .mp4 H.264 em até 70 Mb/s de qualidade com áudio AAC no padrão de vídeo ATEM. 1 x saída de programa para gravação de arquivo .mp4 H.264 na configuração de qualidade Streaming com áudio AAC no padrão de vídeo ATEM. Gravação de Áudio: 10 x entradas de áudio de dois canais gravadas como arquivos .wav de 24 bits a 48 KHz. 2 x entradas de áudio estéreo analógico e 8 x entradas HDMI para dois canais de áudio embutido. Formatos de Mídia: Suporte para mídias formatadas em sistemas de arquivo ExFAT (Windows/Mac) ou HFS+ (Mac). Monitoramento por multivisualização: Configurável para 16, 13, 10, 7 ou 4 visualizações, incluindo programa/pré-visualização, 8 entradas HDMI, SuperSource, alimentação limpa, leitor de mídia, status de streaming, status de gravação e medidores de áudio. Padrão de Vídeo da Multivisualização: HD. Modelos de Referência (ou Equivalentes Técnicos): ATEM Mini Extreme ISO, ATEM Television Studio HD8, Roland V-8HDA indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.</p>	UND	01		

Fornecedor: CNPJ nº: Endereço: Contato: E-mail:					
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
9	Transmissor de dados bridge: Frequência: 5GHz Alcance estimado: Até 10Km Alimentação: Fonte PoE Gigabit 24V 0,5A Ganho: 13dBi Interfaces de Rede: 1 porta ethernet 10/100/1000Mbps Polarização: Dupla linear Consumo máximo: 8,5W Estrutura externa: Policarbonato resistente a UV Modelos de Referência (ou Equivalentes Técnicos): Ubiquiti NanoBeam 5AC Gen2, Ubiquiti LiteBeam 5AC Gen2, MikroTik LHG 5 acA indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.	UND	01		
10	Placa Captura de Vídeo Externa Full Hd: Interface: USB 2.0 Alimentação: USB bus-power Entrada de vídeo: HDMI Entrada de áudio: HDMI, estéreo de 3,5mm Saída de vídeo: HDMI pass-through Saída de áudio: HDMI pass-through, estéreo de 3,5 mm pass-through Resoluções suportadas: 640 x 480 (60p), 720 x 480 (60p), 720 x 576 (50p), 800 x 600 (60p), 1024 x 768 (60p), 1280 x 720p (50p), 1280 x 720p (60p), 1280 x 768 (60p), 1280 x 800 (60p), 1280 x 1024 (60p), 1360 x 768 (60p), 1440 x 900 (60p), 1680 x 1050 (60p), 1920 x 1080 (50i), 1920 x 1080 (60i), 1920 x 1080 (24p), 1920 x 1080 (25p), 1920 x 1080 (30p), 1920 x 1080 (50p), 1920 x 1080 (60p) Resolução de captura: 640 x 480 (60p), 720 x 480 (60p), 720 x 576 (50p), 800 x 600 (60p), 1024 x 768 (60p), 1280 x 720p (50p), 1280 x 720p (60p), 1280 x 768 (60p), 1280 x 800 (60p), 1280 x 1024 (30p), 1360 x 768 (50p), 1440 x 900 (30p), 1680 x 1050 (30p), 1920 x 1080 (24p), 1920 x 1080 (25p), 1920 x 1080 (30p) Formato de codificação: MP4 (codec: hardware H.264 codificador e AAC) Garantia mínima de 12 meses.	UND	02		
11	Câmera fotográfica: Sistema de autofocus Dual Pixel CMOS AFS Sistema de Autofoco reticular de 61 pontos Multicontrolador Gravação simultânea de RAW e JPEG Dual Pixel RAW Wi-Fi® e NFC Integrados Redução de ruído em disparos múltiplos Vídeo Time Lapse Múltiplas Exposições Ajuste de dioptria Pré-visualização da profundidade de campo Bloqueio FE Bloqueio de espelho Processamento de RAW na câmera Sensor de medição RGB+IR de 150.000 pixels para medir exposição de forma mais precisa, detectar luz intermitente e reconhecer cenas e rostos Visor Inteligente II Garantia mínima de 12 meses.	UND	03		
12	Ponto Eletrônico - Retorno De Palco Sem Fio Fone In Ear Tipo de Sistema: Sistema de retorno de palco sem fio , com transmissão de áudio em tempo real, proporcionando comunicação clara e sem interferências durante performances e gravações ao vivo. Transmissão e Recepção: Transmissão sem fio com frequência de operação de 2.4 GHz ou outra faixa livre de interferências, conforme as regulamentações locais. Recepção de áudio de alta qualidade sem latência perceptível, com clareza nas frequências médias e altas, permitindo a escuta precisa das instruções recebidas pelo ponto eletrônico. Qualidade de Áudio: Resposta de frequência ampla, garantindo uma sonoridade clara e fiel, com redução de ruído de fundo. Cancelamento de ruído integrado para evitar interferências externas durante apresentações ao vivo. Volume ajustável para adaptação a diferentes ambientes e níveis de ruído. Design e Conforto: Fones de ouvido leves e confortáveis, com almofadas ou ponteiros que garantam conforto durante longos períodos de uso, sendo ajustáveis a diferentes tipos de cabeça. Microfone integrado de alta sensibilidade, com capacidade de captação de voz clara e sem	UND	05		

Fornecedor: CNPJ nº: Endereço: Contato: E-mail:					
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	<p>distorções. Ergonomia ideal para uso contínuo no palco, com sistemas que garantam fácil uso e adaptação durante as apresentações. Bateria e Autonomia: Bateria recarregável com autonomia mínima de 8 horas, suficiente para uma apresentação ao vivo, com possibilidade de carga rápida. Indicador de nível de bateria visível para o usuário, com alertas sonoros ou luminosos quando a carga estiver baixa. Compatibilidade: Compatível com outros sistemas de áudio e equipamentos profissionais de palco, como microfones sem fio, mixers e dispositivos de controle de áudio. Conexões de entrada e saída compatíveis com os padrões de áudio utilizados em eventos de grande porte. Distância de Transmissão: Alcance mínimo de 30 metros sem perdas significativas de qualidade de áudio, adequado para a maioria das produções em palcos de tamanho médio e grande. Durabilidade e Resistência: Equipamento robusto, projetado para suportar o uso intensivo em ambientes de palco, com construção resistente a impactos e a condições adversas de uso em eventos ao vivo. Certificação de resistência à umidade e poeira, atendendo aos requisitos de durabilidade em ambientes de trabalho desafiadores. Facilidade de Uso: Sistema de fácil configuração, com emparelhamento rápido e sem complicações, para reduzir o tempo de preparação antes de cada evento. Controle de volume e comunicação intuitivo para os artistas, técnicos e demais membros da equipe. Acessórios: Incluir carregador de baterias com adaptador bivolt. Estojo ou mala de transporte para armazenagem segura dos fones, microfones e acessórios, garantindo fácil transporte e armazenamento. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com suporte técnico e reposição de peças conforme necessário.</p> <p>Modelos de referência (ou equivalentes técnicos): Shure PSM 300, Sennheiser XSW IEM, LD Systems MEI 1000 G2, AKG IVM 4500, Mipro MI-58</p> <p>A indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.</p>				
13	<p>Microfone para estúdio de rádio: Microfone: Condensador Padrão Polar: Cardioide Tamanho do Diafragma: 1" (25,4mm) Resposta de Frequência: 20Hz – 20kHz Máximo SLP: 138dB SLP Impedância de saída: 50 ohms Filtro Low Cut: 6dB / 75Hz Oitava Pad: -10dB Conector: XLR Garantia mínima de 12 meses.</p>	UND	05		
14	<p>Kit Fundo Infinito com Stand de Suporte para Estúdio (3m x 6m). Kit Fundo Infinito com Stand de Suporte para Estúdio (3m x 6m). Acompanhado de Tripé Stand de Suporte, composto por dois Tripés de estrutura sólida com 4 seções e quatro barras transversais para maior alcance; 3 (três) grampos de fixação para prender os tecidos ao suporte e uma bolsa de transporte. O produto deve ser acompanhado de três tipos de tecido para Chroma Key nas dimensões 3m x 6m nas cores verde, preto e branco. Tripés com travas rápidas, resistentes e ajustáveis até 2,6m. Barras transversais extensíveis até 3m (Referência Kit Fundo Infinito WV-TZ042 com Stand de Suporte para Estúdio (3m x 6m)).</p>	UND	02		
15	<p>Pedestal de mesa para microfone: Compatível com diversos modelos de microfone; Com ajuste de ângulo e altura; Base redonda com peso para segurar o microfone; Material: ABS e Metal Altura Mínima: 25 Cm Altura Máxima: 35 Cm Largura da Base: 11,7 Cm</p>	UND	02		
16	<p>Smartphone profissional para produção multimídia, com as seguintes características mínimas: Processador com CPU de no mínimo 6 núcleos e GPU integrada; Armazenamento interno mínimo de 1 TB; Sistema de câmeras múltiplas, com no mínimo três lentes (principal, teleobjetiva e ultra-angular), com estabilização óptica de imagem; Equipamento com capacidade de ampliação equivalente a 5x ou superior em imagem capturada, obtida por meio de</p>	UND	02		

Fornecedor: CNPJ nº: Endereço: Contato: E-mail:					
ITENS	EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	QUANT P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	sistema óptico ou por combinação de hardware e processamento computacional, e zoom digital de até 25x ou superior, com qualidade de imagem adequada para produção profissional, conforme especificações do fabricante. Gravação de vídeo em resoluções 4K, 1080p e 720p, com suporte a HDR e formatos profissionais de vídeo; Captação de áudio estéreo e tecnologia de redução de ruídos; Conectividade: 5G, LTE, Wi-Fi 7 (ou superior), Bluetooth 5.3 (ou superior) e NFC; Conector físico padrão USB-C e suporte a carregamento sem fio compatível com padrões abertos; Bateria interna recarregável com suporte a recarga rápida; Suporte a dual SIM (nano SIM + eSIM ou tecnologia equivalente); Controles físicos dedicados para câmera e funções programáveis; Display compatível com tecnologias modernas de imagem. Modelos de referência (ou equivalentes técnicos): Iphone 17 Pro, Galaxy S25 Ultra. A indicação dos modelos acima possui caráter meramente referencial, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que comprovem o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas. Garantia mínima de 12 meses.				

3. CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.3. O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Administração – SEAD.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.4. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.5. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.6. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.7. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.8. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.9. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.10. Será vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública estadual a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal (art. 338 do Decreto Estadual 11.363).

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

5.11. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.12. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.13. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

6.14. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

7.15. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.16. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.17. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.18. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.20. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21. O consumo da ata de registro de preços deverá ocorrer primeiro no item, lote ou grupo mais vantajoso, consumindo-se os demais itens, lotes ou grupos, em sequência, apenas quando exaurido o quantitativo daquele (art. 342 do Decreto estadual 11.363).

7.22. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

7.22.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

7.22.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

7.22.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

- 7.22.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 7.23. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 7.24. O registro a que se refere o item 7.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 7.25. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 7.26. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 7.27. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- 7.28. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 7.29. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.30. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 7.31. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 7.32. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 7.33. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
- 7.34. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 7.35. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição
- 7.36. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração Pública a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, assegurada a preferência da detentora da ata de registro de preços quando em igualdade de condições (art. 343 do Decreto Estadual 11.363).

8. CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 8.37. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 8.37.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.37.4. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 8.38. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.38.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 8.38.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. CLÁUSULA NONA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 9.39. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 9.40. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 9.41. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 9.42. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 9.43. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.44. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 9.45. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 9.46. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 9.47. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados
- 9.48. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 9.49. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 9.50. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 10.52. O remanejamento somente poderá ser feito:
- d) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - e) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 10.53. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.54. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023

10.55. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.56. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10.57. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.58. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- f) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- g) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- h) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;
- i) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.59. Na hipótese de aplicação de sanção previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.60. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.61. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.62. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- j) Por razão de interesse público;
- k) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- l) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.63. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

12.64. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.65. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

12.66. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES GERAIS

13.67. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

13.68. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

13.69. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.70. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Órgão Gerenciador
PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA

XXXXX
Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **AELICO ALVES PEREIRA NETO**, Gestor de Políticas Públicas, em 25/03/2026, às 15:40, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020051758** e o código CRC **562BF0F9**.

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 5/2026/EMATER - DGADMF

MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025 - CPL XX
PROCESSO ELETRÔNICO SEI Nº 0035.013593.00042/2025-56

	CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIP ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RU[EMPRESA].
--	--

O Estado do Acre, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n.º 63.606.479/0001-24, por meio da EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ACRE - EMATER/ACRE, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 04.044.244/0001-27, situada na Av. Nações Unidas, nº 2.604, 7º BEC, CEP 69918-093, Rio Branco/AC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. RYNALDO LUCIO DOS SANTOS, portador do RG nº 38666363PR-SSP/PR, inscrito no CPF nº 251.029.402-44, residente nesta cidade, nomeado através do Decreto Estadual nº 779-P/2023, denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa XXXXXXXX, CNPJ nº: XXXXXXXXXX, denominada simplesmente CONTRATADA, pactuam o presente CONTRATO em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 11.363/2023, Regulamento de Licitações e Contratos da EMATER/AC, Resolução nº 001/2024 e legislação correlata, pelo Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº [digite aqui o número e ano do Pregão Eletrônico] Processo SEI nº 0035.013593.00040/2025-67, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto aquisição de um conjunto diversificado de equipamentos essenciais que servirão como suporte fundamental ao desenvolvimento e à fiscalização de empreendimentos econômicos solidários de agricultores familiares na região do baixo Acre. Dentre os itens a serem adquiridos, encontram-se mobiliário para estruturação de espaços de reunião e capacitação, equipamentos audiovisuais para projeção e comunicação, tecnologia de informação para gestão e registro de dados, dispositivos de imagem e som para documentação e apoio a eventos, bem como equipamentos específicos para a produção agrícola, como moto-bombas, lonas plásticas, mangueiras de irrigação e caixas d'água. Esta aquisição visa proporcionar a infraestrutura e as ferramentas necessárias para que os empreendimentos solidários possam operar com maior eficiência, profissionalismo e autonomia, ao mesmo tempo em que capacita a EMATER para exercer suas funções de assistência técnica, extensão rural e fiscalização com maior eficácia, contribuindo diretamente para a inclusão produtiva e o fortalecimento do setor. conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº XXX/XXXX, proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes no Processo SEI nº 0035.013593.00042/2025-56.

1.2. Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Edital de Licitação, o Termo de Referência, a Proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do referido processo.

1.3. O presente Contrato regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

1.4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAL:

DESCRIÇÃO/DETALHAMENTO DO OBJETO						
	Produto	Unidade	Quant p/ consumo	Quant p/ registro	Valor Unit	Valor total
1	JOGO DE MESA E CADEIRAS Com Braço : CARACTERISTICAS MÍNIMAS: POLTRONA MEDIDAS: Dimensões: 578 X 550 X 815mm (comprimento x largura x altura), suportar até 200kg. MESA MEDIDAS: Dimensões: 700 X 700 X 700mm (comprimento x largura x altura), Furo para guarda-sol: 4 cm, Inclui tampa para o furo do guarda-sol. HOMOLOGAÇÃO INMETRO COR: VERDE	UN	69	130		
2	Projeto tipo datashow. Descrição Mínimas: IMAGEM BRILHANTE: 4.000 ANSI Lúmens, MÚLTIPLAS CONEXÕES: Duas entradas HDMI para expandir a conectividade; ALTO CONTRASTE PARA TEXTO NÍTIDO; DUAS PORTAS HDMI E CONEXÃO VGA; AJUSTE VERTICAL DE KEYSTONE	UN	3	6		
3	Tela De Projeção Retrátil. CARACTERISTICAS MÍNIMAS: Material: Seda de leite espessada, Tamanho: 100" (221x125 cm) na diagonal, proporção de 16:9, ângulo de visão de 160°, 4K UHD, projeção 3D;	UN	3	6		
4	Notebook: Especificações MÍNIMAS: Processador 12ª Geração Intel® Core™ i3-1215U (6-core, cache de 10MB, até 4.4GHz), Sistema operacional: Windows 11 Pro para empresas, Placa de vídeo : Intel® UHD com memória gráfica compartilhada, Tela: Full HD de 15.6" (1920 x 1080), 120 Hz, WVA;	UN	5	10		

	<p>Memória : 8GB DDR4 (1x8GB) 2666MT/s; Expansível até 16GB (2 slots so DIMM); Armazenamento: SSD de 512GB PCIe NVMe M.2; Teclado: não retro iluminado em português (Brasil)</p> <p>Portas: 2 portas USB 3.2 Type-A de 1ª geração, 1 porta USB 2.0, 1 tomada de alimentação, 1 porta para headset (combinação de fones de ouvido e microfone), 1 porta HDMI 1.4 (a resolução máxima compatível com HDMI é de 1920 x 1080 a 60 Hz. Sem saída 4K/2K)</p> <p>1 slot de cartão SD, Câmera: Câmera HD de 720p a 30 FPS com microfone único integrado, Áudio e alto-falantes: Alto-falantes estéreo, 2 W x 2 = 4 W no total, Wireless : 802.11ac 1x1 Wi-Fi, placa de rede wireless com Bluetooth®</p> <p>Bateria principal: Bateria de 3 células e 41Wh (integrada). Energia : Adaptador CA 65 Watts (Bivolt).</p>					
5	<p>Máquina fotográfica digital, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: lente 18/140 mm, SENSOR: DX (1,5 fator de corte; PIXELS:20.9; RESOLUÇÃO MÁXIMA: 5568x 3712; FORMATO DE ARQUIVOS: IMAGENS: JPEG,RAE, VIDEO:H.264,MOV, MP4; AUDIO: aav, linear pcm; FORMATO DE CARTÃO: SD,SDHC,SDXC; ESTABILIZADOR DE IMAGEM: digital; ISO: auto,100-51200; OBTURADOR: 30-1/8000s; SINCRONIZAÇÃO DE IMAGEM COM FLASH: 1/250S; ACESSÓRIOS: Bolsa Case Para Câmera Fotográfica. (MODELO DE REFERENCIA NIKON D7500)</p>	UN	2	8		
6	<p>Smart TV 75" Crystal UHD 4K Especificações Técnicas Mínimas: Controle Remoto, Eficiência Energética A; Bivolt; Consumo 180W; Resolução 4K Ultra HD; Tecnologia LED ; Conexões HDMI, USB, WI-FI, Bluetooth, Ethernet LAN, Entrada de RF (terrestre/entrada de cabo) Processador Processador Crystal 4K, Cor Preto; Frequência (Hz) 60Hz; Wi-Fi, Resolução de Tela 4K (3,840 x 2,160), Potência (RMS) 20W; Desligamento Automático, Saida de Áudio Digital, Garantia do fabricante (em meses) 12</p>	UN	3	6		
7	<p>ESTABILIZADOR PARA CELULAR. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS: Motor de alta precisão e estabilização triaxial; Motor brushless de alto torque que permite que o gimbal responda a pequenas mudanças. Estabilizador que reduz os tremores da câmera e entregando imagens nítidas e estabilizadas (Modelo de referência DJI OSMO MOBILE 6)</p>	UN	2	8		
8	<p>Kit Caixa Amplificada Com 2 Microfone Sem Fio + Tripé. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Caixa Amplificada 12" com Bateria Interna; 1 Tripé para caixa acústica retrátil; Especificações Caixa: Alto Falante: 12 Polegadas; Potência: 100W Rms; Função: Bluetooth; Entrada USB/SD/P2; Conexão P10 Para Microfone e Instrumentos; Controle de graves e agudos; Bateria com duração de no mínimo 3 horas; Entrada para bateria externa de 12v; Rádio FM; Alça embutida e rodinhas para transporte; Controle Remoto; Tensão: Bivolt. Microfone sem fio Duplo: 02 Microfone Mão - Alimentação Pilhas AA, 01 Fonte de energia bivolt Suporte P/caixa Som Tripé: - Modelo:</p>	UN	3	6		

	Extensível, Construído com tubos de 1 ½", extremamente resistente e leve, 3 Furos disponíveis para inserção do pino de segurança, Geometria das pernas permite ângulo de 120°, Abertura e fechamento das pernas e hastes através de luvas deslizantes, Capacidade: 50 kgs, Regulagem de abertura dos pés, Trava de segurança, Cor: Preto.					
9	MOTOBOMBA A GASOLINA, AUTOESCOVANTE: CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MOTOR: Monocilíndrico, 4T, horizontal, refrigerado a ar, gasolina, Potência máxima: 2,4 HP, 97,7cc ; Diâmetro de sucção / saída: 1 1/2" (40 mm), Vazão máxima: 14 m/h, Altura total de sucção: 7 m, Sistema de Partida: Manual, autorretrátil; (MODELO DE REFERENCIA Marca Kawashima, Modelo 3300210)	UN	11	20		
10	Lona Plástica 4x100m 75 Micras Difusor Para Horta. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Filme difusor multicamada, 100% virgem, com proteções uvs e antioxidantes com aditivos que distribuem a luz dentro da estufa.	M²	11	20		
11	Mangueira para irrigação de horta. Feita em polietileno, com micro furos feitos a laser e possui proteção UVA. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Pressão de serviço: 0,2 a 0,8 Kgf/cm²; Distância entre os emissores: 0,15 a 1,05 m, Diâmetro dos emissores: 0,3 mm; Diâmetro da mangueira: 28 mm; Espessura da parede: 0,20mm/200µ; conector inicial de 1/2"	UN	11	20		
12	Caixa de Água de 500LT. Feito de polietileno, com tampa.	UN	22	50		
TOTAL						R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.5. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto deste Contrato, o valor global de R\$ [digite aqui o valor do contrato].

2.6. Quaisquer tributos, encargos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da CONTRATADA ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser executado sem ônus adicional à CONTRATANTE.

2.7. Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do Pregão, nos termos da Lei 14.133/2021 e legislação correlata.

2.8. Os preços constantes da proposta anexa a este Contrato são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.9. As despesas decorrentes da contratação terão a seguinte classificação orçamentária:

- Fonte de Recurso:
- Programa de Trabalho:
- Elemento de Despesa:

4. CLÁUSULA QUARTA – DO EMPENHO DA DESPESA

4.10. Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscritos na(s) Nota(s) de Empenho(s) abaixo, correspondente(s) ao exercício em curso:

Nº Empenho	Data	Valor (R\$)	Natureza de Despesa (ND)

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.11. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, com eficácia após a publicação de seu Extrato no Diário Oficial do Estado do Acre, com término dentro do exercício financeiro, admitida a prorrogação nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes de garantia.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.12. O pagamento será efetuado, até 30 (trinta) dias contado a partir do recebimento definitivo mediante emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do Contrato, acompanhada das Certidões:

6.13. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

- 6.14. Certidão Negativa de Contribuições Previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 6.15. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;
- 6.16. Certidão Negativa de Débitos (CND) - expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;
- 6.17. Certidão de Quitação de Tributos Estaduais da Empresa e do(s) sócio(s), expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- 6.18. Certidão Negativa em relação à Dívida Ativa de Tributos Estaduais - expedida pela Procuradoria Geral do Estado - PGE;
- 6.19. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 6.20. As notas fiscais/faturas deverão ser preenchidas em nome da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre - EMATER-ACRE, CNPJ nº 04.044.244/0001-27, situada na Avenida Nações Unidas, 2.604, 7º BEC, CEP 69.988-093, Rio Branco/AC;
- 6.21. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo será iniciada a partir da nova data de entrega no protocolo do CONTRATANTE;
- 6.22. Os valores a serem pagos pelo CONTRATANTE corresponderão exclusivamente ao que for comprovadamente entregue pela CONTRATADA;
- 6.23. A cada pagamento a empresa CONTRATADA deverá juntar à sua nota fiscal, as certidões de regularidade fiscal que lhes serão exigidas na habilitação para participação do certame licitatório;
- 6.24. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, número da agência e o número da conta em que será efetivado o crédito;
- 6.25. A(s) empresa(s) vencedora(s) do processo licitatório deverá(ão) efetuar(em) o cadastro de credor na Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Acre/SEFAZ, para fins de empenho/pagamento.
- 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 7.26. Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no Termo de Referência;
- 7.27. Exercer, a seu critério e através de servidor ou de pessoas previamente designadas, ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;
- 7.28. Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto deste contrato;
- 7.29. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 8.30. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo com exclusividade seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:
- 8.30.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referente à marca, fabricante, modelo e prazo de garantia, bem como o número do Convênio e da Nota de Empenho;
- 8.30.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.30.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
- 8.30.4. Responsabilizar-se pela garantia do objeto, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, eficiência e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência;
- 8.30.5. Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.30.6. Indicar preposto para representa-la e que responda pela mesma, para acompanhar a conferência e recebimento dos bens;
- 8.30.7. A contratada deverá ter concessionária ou oficinas autorizadas pela montadora em Rio Branco/AC, possibilitando que o veículo adquirido tenha assistência técnica autorizada, com prestação de serviços de manutenção e revenda de peças;
- 8.30.8. A CONTRATADA deverá realizar a primeira revisão no veículo, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 8.30.9. Responsabilizar-se única e exclusivamente pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrente da execução do objeto do presente Termo de Referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, enfim, todas as obrigações e responsabilidades, sem nenhum ônus à CONTRATANTE;
- 8.30.10. Não veicular em hipótese alguma, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades referentes ao fornecimento do Objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE, mantendo total sigilo das informações (escritas, faladas, áudio, vídeo, imagens e produtos).
- 9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO**
- 9.31. Nos termos do Art. 117, da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE designará um representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que por ventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 9.32. São atribuições mínimas do Fiscal/Gestor de Contrato:
- I - Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;
- II - Atestar o recebimento e a qualidade dos BENS contratados se estes estiverem em conformidade com as especificações do respectivo objeto contratado;
- III - Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;
- IV - Requer formalmente ao setor competente, com antecedência, as prorrogações e aditivos necessários, devidamente justificados;
- V - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual e informando sobre paralisações ou suspensões que ocorram no contrato;
- VI - Comunicar formalmente ao respectivo Gestor de Convênios, eventuais irregularidades após ter notificado formalmente a Contratada em casos de descumprimento de cláusulas contratuais e anotar, em formulário próprio, todas as ocorrências que julgar relevantes, relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- VII - Zelar pela fiel execução dos contratos, sobretudo no que concerne à qualidade dos BENS fornecidos;
- VIII - Efetuar relação entre os prazos de vigência dos contratos e os prazos de vigência de convênios, se estes forem interdependentes, se o contrato for financiado com recursos de convênio.
- 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**
- 10.33. Este Contrato poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.
- 10.34. A CONTRATADA, em decorrência de aumento ou diminuição quantitativa do objeto licitado, e obedecendo-se as condições inicialmente previstas no Contrato, ficará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários à execução dos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 10.35. Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os contratantes.
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**
- 11.36. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
- 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
- 12.37. O presente processo administrativo consubstancia-se nas seguintes normas e demais legislações pertinentes ou outras que a substituam, bem como pelas normas e condições estabelecidas no presente instrumento.

- Lei nº14.133/2021;
- Decreto Estadual 11.363/2023;
- Resolução n.º 001/2024 - Emater/AC;
- Lei n.º 13.303/2013
- Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- Decreto Estadual nº 5.965, de 30 de dezembro de 2010;
- Decreto Estadual nº 5.967, de 30 de dezembro de 2010;
- Decreto Estadual nº 5.972, de 30 de dezembro de 2010;
- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA PUBLICAÇÃO**

13.38. A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada, em extrato no Diário Oficial nos termos do art. 176, I da Lei nº 14.133/2021.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO FORO**

14.39. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Capital do Estado do Acre/AC.

14.40. A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício da prerrogativa decorrente deste CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Rio Branco/AC, ____ de _____ de 202X.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre - EMATER/AC
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA PONTES DE MOURA, Chefe de Divisão**, em 23/04/2026, às 08:47, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020441803** e o código CRC **DD35A7EB**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**Referente:** Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____**CNPJ:** _____**ENDEREÇO:** _____**EMAIL:** _____**TELEFONE:** _____**CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 2 DO TERMO DE REFERÊNCIA**

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xx (xxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.**Declaramos** que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.**Declaramos** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa**Notas:**

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.